



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES - GUANHÃES PREV

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 003/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS DE ASSESSORIA JURÍDICA EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL, COM ATUAÇÃO EM ADVOCACIA CONTENCIOSA E CONSULTIVA NAS ÁREAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **GUANHAES PREV** E A **AMARAL E AVELAR SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, NOS TERMOS DAS CLAUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 DA CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.518.895/0001-74, com sede na Rua Monsenhor Pinheiro nº 101, centro, Guanhães, CEP 39.740-000, no ato representado na forma da lei, pela sua Superintendente, Sra. Rosimery Ap. Inácio de Pinho Procópio, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade M 3.921.090, CPF nº 578.552.266-72, doravante denominada contratante e de outro lado.

1.2- DA CONTRATADA: AMARAL E AVELAR SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ 19.232.780/0001-23, com sede na Rua Bambuí, 740, Apto 02, Bairro Anchieta, Belo Horizonte/MG, CEP 30.310-320, por sua representante legal, Júlia Gonçalves de Avelar, inscrita no CNPJ sob o n.º 117.054.156-95.

1.3- DOS FUNDAMENTOS

1.3.1- O presente contrato decorre do **Processo Administrativo n.º 003/2021, Pregão Presencial n.º 002/2021**, e se regerá por suas clausulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe a Lei 8.666/93 e suas alterações, e supletivamente, os princípios da teoria geral dos processos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços advocatícios de assessoria jurídica extrajudicial e judicial, com atuação em advocacia contenciosa e consultiva nas áreas do direito administrativo e previdenciário, em todas as instâncias, bem como



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES - GUANHÃES PREV

acompanhamento de recursos judiciais em que o Guanhanes Prev figurar no polo ativo ou passivo da relação processual, assim como assessoria jurídica nos processos administrativos de licitações e contratos, devendo ser prestada de forma continuada.

2.2-Assessoria jurídica com atuação em advocacia contenciosa e consultiva nas áreas do Direito Administrativo e Previdenciário, em todas as instâncias, no âmbito da Justiça Comum e Federal, em relação aos processos judiciais em andamento e aos que poderão surgir no curso do contrato.

2.3-Representar extrajudicialmente e judicialmente os interesses do Guanhanes Prev, junto à autoridade de Ministério Público, Ministério da Economia, suas Secretarias e Subsecretaria, Instituto Nacional da Previdência Social e Tribunal de Contas, quer sejam órgãos estaduais ou Federais, e onde mais se fizer necessário, quando estes figurarem no polo ativo ou passivo da relação processual.

2.4-Apresentação de esclarecimentos, pareceres, defesas e recursos administrativos ou judiciais onde se fizer necessário.

2.5-Consultoria e Assessoria Jurídica nos processos de aposentadoria e demais benefícios previdenciários concedidos pelo Guanhanes Prev em especial junto ao FISCAP do TCE/MG.

2.6-Consultoria e Assessoria jurídica nos processos administrativos de Licitações e Contratos com orientação e elaboração de projeto básico e/ou termo de referência, editais, fornecimento de minutas, instrução para gestão de contratos administrativos. Assessoria técnica especializada na elaboração de atas de apreciação de impugnações ao Edital, recursos ao julgamento de habilitação e classificação de propostas, orientação e acompanhamento de sessões de Pregão, quando solicitado. Análise, se necessário, das informações contidas no sistema utilizado para envio das informações ao TCE/MG via SICOM. Instrução para gestão de contratos administrativos e demais atos que se fizerem necessários para o bom andamento das rotinas de compras e licitações do Guanhanes Prev.

2.7-Diligências, audiências e visitas aos órgãos descritos nos subitens 2.1 e 2.2, ou em outros locais que se fizer necessário, isoladamente, ou em acompanhamento a Diretoria do Guanhanes Prev.

2.8-Elaboração e análise de projetos de Lei de matérias atinentes ao Instituto de Previdência nas áreas do Direito Administrativo e Previdenciário, em especial, adequação legislativa a "Reforma da Previdência".

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1-Os serviços serão realizados pelo período de 01/09/2021 a 31/12/2021, poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, de conformidade com o art. 57, inciso II da Lei 8666/93.

3.2-O Contratante reserva-se o direito unilateral de, a qualquer momento, rescindir o Contrato, nos casos e formas previstas nos Art. 78 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES - GUANHÃES PREV

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1- O valor total do presente contrato é de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), cujo valor mensal é de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO ORGÃO GERENCIADOR E FISCALIZADOR

5.1. A Superintendência do Guanhaes Prev ficará responsável pela gestão e fiscalização dos serviços contratados, através da pessoa de sua Superintendente e/ou servidor designado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da presente prestação de serviços correrão a conta dos recursos consignados no orçamento 2021 – Funcional Programática: 50201.0912209042.201 – Atividade/Projeto: 2.201 – Manutenção das Atividades Administrativas - 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O Contratante efetuará o pagamento mediante transferência bancária, depósito ou Pix, creditado em Conta Corrente indicada pela Contratada na proposta, após a prestação dos serviços e o protocolo de entrada da Nota Fiscal devidamente atestada junto à Contratante.

7.2. O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após entrega da Nota Fiscal.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

7.4 Em caso de falta ou irregularidade na emissão/apresentação da Nota Fiscal e/ou das Certidões Negativas, o pagamento será realizado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Prestar os serviços licitados em estrita conformidade com as especificações deste instrumento, os quais serão executados de forma remota, pelo Processo Judicial Eletrônico, e-mail, correios, telefone, videoconferência na sede do escritório da contratada, e na sede do Contratante.

8.2. Deverá ser realizada 01 (uma) visita mensal, caso necessário, na sede do Contratante para atendimento in loco, por profissional especializado e qualificados nas áreas do Direito objeto da Contratação, incluída no valor ofertado.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES - GUANHÃES PREV

- 8.3.** Responsabilizar-se por todas as taxas e despesas intrínsecas a prestação do serviço, sejam de ordem administrativa ou de ordem trabalhista com pessoal de sua contratação necessária à execução do objeto contratual, inclusive os encargos relativos à legislação trabalhista e as despesas com locomoção, hospedagem e alimentação para a efetiva prestação dos serviços de assessoria.
- 8.4.** Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros.
- 8.5.** Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo Instituto para a execução do Contrato.
- 8.6.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários do valor atualizado do Contrato, de conformidade com o artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93.
- 8.7.** Manter, por todo o período da execução, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.
- 8.8.** Manter com vistas à execução do contrato, a equipe técnica indicada na proposta comercial.
- 8.9.** Realizar o acompanhamento processual junto ao TCE/MG das defesas administrativas, recursos, manifestações, audiências e dentre outros atos inerentes ao cumprimento das obrigações jurídicas judiciais e extrajudiciais.
- 8.10.** Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Superintendência do Guanhanes Prev referentes aos serviços prestados.
- 8.11.** Substituir/refazer os serviços não aprovados pela fiscalização, caso os mesmos não atenderem às especificações constantes do edital e seus anexos, da Proposta de Preços e do Contrato, sem ônus adicional para o Guanhanes Prev.

CLÁUSULA NOVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada para a execução dos serviços.
- 9.2.** Fiscalizar se os serviços executados estão de acordo com os termos contratuais.
- 9.3.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.
- 9.4.** Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições estabelecidas no contrato.
- 9.5.** Notificar por escrito a Contratada na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução dos serviços, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas no contrato e permitidas por lei.
- 9.6.** Demais obrigações decorrentes de normas legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. A proponente adjudicatária que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução o Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Ganhães Prev e será descredenciada no sistema de cadastramento de prestadores de serviços/fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no Contrato e das demais cominações legais.

10.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela pessoa jurídica vencedora, sem justificativa aceita pelo Ganhães Prev, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, além das penalidades já definidas, ainda, nas seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sob o valor do Contrato quando houver recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou der causa ao seu cancelamento.
- b) A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ganhães Prev, pelo prazo de até dois anos.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Ganhães Prev enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- d) Advertência escrita.

10.3. O atraso injustificado na prestação do serviço após o prazo estabelecido no Contrato, sujeitará a prestadora de serviço à multa, na forma estabelecida a seguir:

- a) 1% (um por cento) por dia de atraso, até o 15º (décimo quinto) dia, calculado sobre o valor dos serviços não prestados constantes Contrato;
- b) 2% (quatro por cento) por dia de atraso, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, calculado sobre o valor dos serviços não prestados constantes no Contrato.

10.4. O atraso injustificado na prestação do serviço após o 30º (trigésimo) dia estipulado na alínea "b" do item 11.3 caracterizará na inexecução total do Contrato, o que poderá resultar em suspensão ou cancelamento do registro/rescisão contratual por ato unilateral do Ganhães Prev, além de outras sanções legalmente estabelecidas.

10.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.6. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Ganhães Prev, via Tesouraria, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo Ganhães Prev, sendo que poderá ser automaticamente descontada dos



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES - GUANHÃES PREV

créditos que a prestadora de serviço junto ao Contratante, facultada a defesa da prestadora de serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura da vista ao processo.

10.7. As sanções previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da prestadora de serviço por eventuais perdas e danos causados à Contratante.

10.8. Quando da aplicação de quaisquer das sanções cabíveis, serão assegurados à prestadora de serviço o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.1.1 Unilateralmente pelo Contratante:

a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na Lei 8.666/1993.

11.1.1 Por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação da execução do serviço.

11.2A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos fornecimentos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitados os termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei N.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1- Rescisão unilateral do contrato pelo Contratante:

12.2- O Contratante poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito o contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à Contratada sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

a) O não cumprimento pela Contratada das cláusulas explicitadas, das especificações, dos projetos ou dos prazos;

b) O cumprimento irregular pela Contratada das cláusulas explicitadas, das especificações, dos projetos ou dos prazos;

c) O desatendimento pela Contratada das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES - GUANHÃES PREV

superiores;

d) Razões de interesse do serviço público.

12.3. O Contratante terá o direito de rescindir de imediato o contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) O atraso injustificado na prestação dos serviços;
- b) Suspensão, pelas autoridades competentes, da prestação dos serviços pela Contratada, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) A paralisação da prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- d) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, à sessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do Contratante, prejudique a execução do contrato;
- i) O protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

12.4 -No caso de o contrato ser rescindido por culpa da Contratada serão observadas as seguintes condições:

- a) A Contratada não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo o Contratante aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) A Contratada terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovados pelo Contratante, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados ao Contratante;
- c) Em qualquer caso, o Contratante reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente.
- d) Caso o Contratante não use o direito de rescindir este contrato, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a prestação dos serviços e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a Contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.5 O contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do Contratante, por prazo



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES - GUANHÃES PREV

superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

b) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Contratante, decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

12.6- Nestes casos enunciados nas alíneas "a" e "b" do item 12.5 o Contratante deverá pagar à Contratada os serviços já prestados, de forma proporcional.

12.7- Ocorrendo a rescisão por quaisquer dos motivos especificados, fica suspenso o pagamento à Contratada, até que se apurem eventuais perdas e danos causados ao Guanhaes Prev.

DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1- Os preços somente poderão ser reajustados após o período de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Contrato, com base em no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

13.2 - Os preços reajustados permanecerão inalterados pelo prazo de 12 (doze) meses.

13.3- O reajuste deverá ser solicitado mediante à Superintendência do Guanhaes Prev, expondo o fato e anexando os documentos que comprovem a necessidade de reajuste, incluindo documentos oficiais de reajustes governamentais, podendo ser apostilado ao Contrato nos termos do § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.4- Não poderá haver interrupção dos serviços, durante o prazo de análise da solicitação de reajuste.

13.5- No caso de prorrogação contratual, o contratado deverá requerer formalmente o reajuste, da mesma maneira que disposto no item 14.3, no prazo de três dias da convocação para prorrogação contratual, antes da assinatura do Termo Aditivo de prazo.

13.5.1- Caso não seja feita a solicitação tempestivamente e conforme o item 14.3 e o Contratado prorrogar o Contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito a repactuar.

13.6- Quaisquer modificações de forma ou quantidade, acréscimos ou reduções, dos serviços poderá ser determinada pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOVAÇÃO

14.1. A não utilização por parte do Contratante, de quaisquer direitos a ele assegurados neste contrato ou na lei em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importaem novação quanto aos seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do Contratante, neste contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES - GUANHÃES PREV

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1-O presente contrato e sua execução será regulamentado por suas cláusulas, bem como pelas disposições contidas na Lei nº 10520/02 Federal e Lei nº 8.666/93, inclusive nos casos omissos.

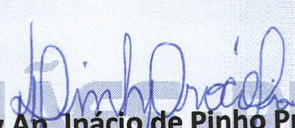
15.6-O presente contrato está vinculado ao Edital do **Processo Administrativo Nº 003/2021**, de **Pregão Presencial n.º 002/2021** e à Proposta de Preços da Contratada.

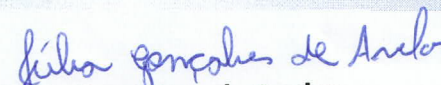
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guanhães/MG para dirimir questões porventura advindas do presente instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

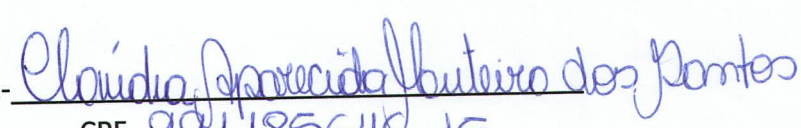
E, por assim estarem justas e contratadas, depois de lido e achado conforme, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias junto às testemunhas que também o subscrevem a tudo presente.

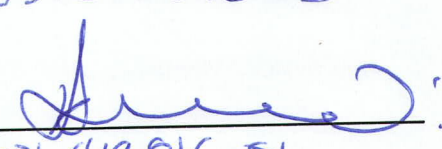
Guanhães/MG, 31 de agosto de 2021.


Rosimery Ap. Inácio de Pinho Procópio
Superintendente do
Guanhães-Prev


Júlia Gonçalves de Avelar
Amaral e Avelar Sociedade de Advogados

Testemunhas:

1- 
CPF 991185648-15

2- 
CPF 031.649.816-51